

# ***ESTATUTO***

***Cidadania, diversidade  
cultural e o respeito às  
diferenças.***

# ESTATUTO

É um regulamento ou conjunto de regras de organização e funcionamento de uma coletividade, instituição, órgão, estabelecimento, empresa pública ou privada.





# **COLÉGIO E FACULDADE KENNEDY**



- **Respeitar professores, colegas e funcionários.**
- **Participar das atividades em sala de aula respeitando as idéias e opiniões dos colegas.**
- **Não interromper a professora sem motivos quando ela estiver explicando a matéria.**
- **Não perturbar o colega desviando a sua atenção.**
- **Manter a sala limpa e organizada.**
- **Usar somente os espaços permitidos na escola.**

- Falar baixo e não correr nos corredores

# AULAS REMOTAS

*QUEREMOS SUA OPINIÃO!*

A participação dos docentes e discentes é fundamental para aprimorarmos o trabalho pensando na qualidade do ensino.

- Responda até 15 de maio

Saiba mais no Portal [www.unitins.br](http://www.unitins.br)



- **Nas aulas remotas não ficar usando o chat com conversas que não são da matéria.**
- **Não desrespeitar professores e alunos.**
- **Aguardar a vez de falar para não interromper o colega e o professor.**
- **Responder quando a professora chama ou solicita algo.**
- **Ser participativo na aulas.**
- **Não usar o meet no intervalo para assuntos pessoais.**



Ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei: é, em resumo, ter direitos civis.

# CIDADANIA FORMAL E CIDADANIA REAL

## **CIDADANIA FORMAL**

Refere-se a maneira como a cidadania está descrita formalmente na lei, nas constituições nacionais, é a garantia que o indivíduo tem para lutar legalmente por seus direitos.

## **CIDADANIA REAL**

Também chamada de substantiva, refere-se a maneira como a cidadania é vivida na prática, no dia-a-dia.



Além de ter *direitos*, todo cidadão também possui *deveres* que devem ser cumpridos de acordo com a lei de seu país.

Os direitos existentes são divididos em pelo menos três tipos principais: direitos civis, direitos sociais e direitos políticos.

- Os direitos **civis** garantem suas liberdades individuais;
- Os direitos **políticos** garantem sua participação nas decisões políticas do país;
- Os direitos **sociais** garantem seu bem-estar



- 
-



Além do direito e do dever de escolher os governantes de seu país, seu estado e sua cidade, o cidadão também tem o direito de se candidatar a esses cargos políticos.



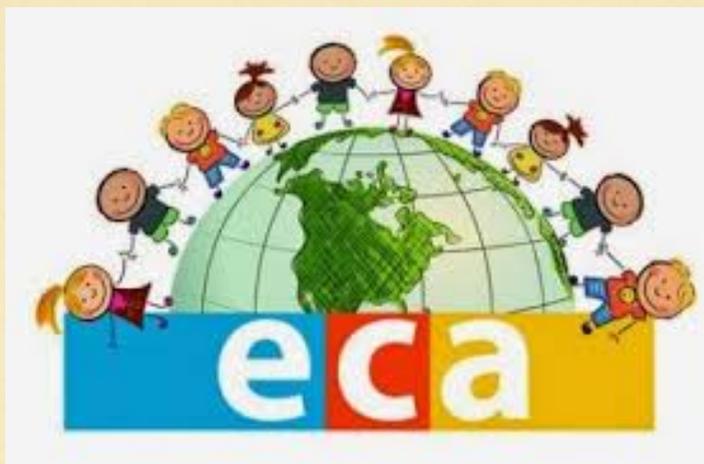
A Declaração Universal dos Direitos Humanos, promulgada em 1948 pela ONU (Organização das Nações Unidas) diz que, todas as pessoas, mulheres e homens, nascem livres e iguais em dignidade e direitos, tendo o direito de ser diferentes, sem serem vítimas de preconceito ou discriminação.

# PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO



Dizemos que alguém age com **preconceito** quando tem uma ideia ou opinião sobre outra pessoa ou um grupo de pessoas, sem antes ter qualquer conhecimento ou contato com eles.

A **discriminação** acontece quando você toma atitudes que inferiorizam ou ridicularizam uma pessoa a partir do seu preconceito. Muitas vezes, o preconceito e a discriminação acontecem porque determinados padrões sociais levam as pessoas e acreditam que uma característica física ou tipo de comportamento ou costume cultural é mais aceitável do que outros.



O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi criado no Brasil no dia 13 de julho de 1990. Esse documento foi elaborado para reafirmar o que estava registrado na Constituição de 1988 e na Declaração Universal dos Direitos das Crianças, garantindo às crianças e aos adolescentes do Brasil direitos fundamentais como saúde, liberdade, respeito, dignidade, convivência familiar e comunitária, educação, cultura, esporte, lazer e formação para o trabalho.

Mesmo após a criação dos direitos das crianças, é possível observar, em diferentes partes do mundo, que nem sempre eles são respeitados. Há crianças passando fome, sofrendo maus-tratos, sendo

exploradas, sem frequentar escola, entre tantas  
outras situações.

# DIVERSIDADE E PLURALIDADE



Diversidade é a reunião de tudo aquilo que apresenta múltiplos aspectos e que se diferenciam entre si, ex.: diversidade cultural, diversidade biológica, diversidade étnica, linguística, religiosa etc.



Numa sociedade ou comunidade, a **pluralidade** é entendida como o fato de que podem existir e coexistir em sua minoria e maioria grupos étnicos culturais que se diferenciam entre si, mas que em certo ponto se unem no fato de viver num mesmo lugar e é esta diferença que enriquece a sociedade.

# Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência



Pensando na diversidade e na pluralidade das sociedades, a Organização das Nações Unidas(ONU) criou, em 2006, a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, em documento que tem por objetivo: proteger e garantir o total e igual acesso a todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência, e promover à sua igualdade. A criação desse documento foi importante para que a sociedade e o governo pudessem pensar em formas de

incluir essas pessoas, possibilitando o seu acesso à educação, por meio da adoção de recursos de inclusão e adaptação das escolas, como a criação de rampas de acesso para cadeirantes, o ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para as pessoas com deficiência auditiva ou a publicação de visual. A padronização de alguns espaços com piso tátil ou sinal sonoro, para auxiliar os deficientes visuais, e pela inserção de elevadores nos transportes públicos para cadeirantes ou pessoas com problemas de mobilidade.

## A Cidadania no Brasil na atualidade



A Constituição de 1988, conhecida como "Constituição Cidadã", é um documento que reúne os direitos e deveres dos cidadãos brasileiros e as informações sobre o modo como o governo e as leis no país devem funcionar.

Essa constituição foi chamada "Cidadã" por ser uma das primeiras a garantir tanto direitos sociais como políticos, possibilitando ao povo brasileiro o direito de ser cidadão e de exercer sua cidadania.



## O processo de construção da cidadania no Brasil



Nem sempre foi possível para os brasileiros terem seus direitos políticos, sociais e civis respeitados, como apresentado na Constituição Cidadã. Um momento importante para essa construção foi a Inconfidência Mineira, em 1789, quando um grupo de pessoas, formado por poetas, profissionais liberais, mineradores e fazendeiros, buscou a Independência de Minas Gerais, tentando libertá-la do domínio português. O movimento não foi bem sucedido, porém é considerado um importante marco na luta por direitos políticos e pela conquista da cidadania no país. Esse acontecimento é lembrado durante o feriado do dia 21 de abril, que homenageia um dos líderes da Inconfidência Mineira, Joaquim José Xavier, o Tiradentes.

Na história do Brasil, diversos outros marcos fizeram parte da construção da cidadania. Em 1822, o país se tornou independente de Portugal. Com a independência, foi criada a primeira Constituição brasileira, em 1824. De acordo com ela, era considerado cidadão toda pessoa livre, nascida no Brasil ou naturalizada. No entanto, para participar das eleições, era preciso ser homem, livre e ter uma renda mínima. Assim, a participação política ficava restrita a um número pequeno de eleitores.

A conquista da independência não mudou a realidade para os escravizados. O fim da escravidão no Brasil ocorreu aos poucos, e ao longo do século 19 foram criadas leis que modificavam a condição dos escravizados. Só em 1888 a escravidão no Brasil foi abolida. A Lei Áurea pôs fim ao trabalho escravo, mesmo assim não foi capaz de modificar completamente a vida dos escravizados.

O movimento negro é uma organização política e social que busca fortalecer as identidades dos negros e afrodescendentes do Brasil, a igualdade e a justiça entre negros e brancos. Esse movimento tam-

bem tem um papel importante na valorização das características físicas dos negros e afrodescendente, como o uso do cabelo crespo e cacheado naturalmente, sem a adição de tratamentos químicos para alisa-los, a busca pela inclusão e valorização do ensino de história da Africa e da cultura afro-brasileira nas escolas, a luta contra a discriminação de cor da pele e a transformação do racismo em crime; e a valorização de datas importantes para os afrodescendentes, como o 20 de novembro, Dia da Consciência Negra.





Em 1889, ocorreu a proclamação da República, movimento liderado pelos militares e que transformou o Brasil em uma república, deixando de ser governada por um rei e passando a ser governada por um presidente, eleito pelo voto. A partir disso, o voto passou a ser universal, garantindo aos homens, maiores de 21 anos e alfabetizados, o direito de votar, independente da renda que possuíam. Mulheres e analfabetos continuavam excluídos da participação política.

As mulheres só vieram a conquistar o direito de votar e se candidatar em 1932, com a criação do Código Eleitoral. No entanto, o voto feminino era concedido às mulheres solteiras ou viúvas que exerciam atividades remuneradas. As mulheres casadas

precisavam pedir autorização ao marido para que pudessem votar.

A partir da elaboração da Constituição Cidadã e das diversas manifestações e lutas dos cidadãos brasileiros ao longo da história, foi possível alcançar varias conquistas.

No entanto, nos dias atuais, muitas pessoas no Brasil e no mundo não têm seus direitos garantidos, principalmente os direitos sociais. Em diversos lugares, encontramos pessoas vivendo em situação de vulnerabilidade social, sem saúde, educação e moradia, por exemplo. Em outros lugares, é possível observar cidadãos sem direito á liberdade, ou à igualdade, sendo discriminados pela cor da pele, por sua religião ou por suas origens, como ainda acontece com os afrodescendente e os indígenas.

# Referências

- Livros do ensino fundamental
- Internet